ANO II — Lisboa—Sexta-feira, 12 de Julho de 1918 — N.º 415

Poca:ler:e

poca:grer

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

ENDEREÇO TELEGRAFICO: — «MONARQUIA»—LISBOA

Director
Conde de Monsaraz

Redactor principal
Antonio Sardinha

Propriedade da Sociedade Intégralista Editora, Limitada

Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20

Impressão - Rua da Gratidão, 154

Editor - João G. Santos

Telefone: C. 1038

UM DECRETO

Voltamos hoje ao assunto ha dias abordado, neste mesmo lugar, para examinarmos um pouco mais atentamente, o decreto contra os açambarcadores, datado do dia 29 de junho.

Representa inegavelmente este diploma uma acertada medida, necessaria e mais que necessaria, á face do estado deploravel a que chegou a nossa economia interna, na alta alarmante do custo da vida, numa proporção que só se explica pela ganancia desenfreada do comercio que descobriu na guerra um pretexto admiravel para se locupletar escandalosamente, agravando ao ultimo ponto a nossa situação, já de si feita para inspirar os mais serios e fundados receios.

Constatou o governo, como nós todos aliaz, a urgencia duma intervenção energica, no sentido de uma pronta e exemplar repressão dos abusos que dia a dia se praticavam mais ou menos encapotadamente, á sombra da benevola tolerancia das autoridades, por todo esse país fora. A intervenção do estado impunha-se de ha muito tempo, numa materia descurada por motivos bem difíceis de esclarecer. As tabelas nunca se tomaram a serio; ficaram para aí dependuradas pelas lojas, a registar platonicamente os preços apetitosos dos generos desaparecidos por artes magicas, e vendidos mais lucrativamente, e por favor, sem que as pobres das tabelas fossem metidas nem achadas no negocio. Incluir um determinado genero na lista dos productos inscritos e taxados, equivalia a uma ordem de despejo do mercado nacional. Um a um os foram segregando da circulação, restringindo singularmente a oferta, para que a procura excessiva facilitasse as transacções por preços mirabolantes que se tornaram moeda corrente.

Urgia pôr cobro á traficancia sordida de um sindicato de criaturas sem escrupulos, habituadas a terem por unico estalão de consciencia o dinheiro, e sedentos de se enriquecerem, ainda que á custa dos sacrificios, do sangue e das lagrimas da multidão dos expoliados.

Em materia economica, como no campo proprio das sciencias politicas, revela-se desde o começo da guerra a falencia dos principios do individualismo. Onde um bom economista da escola liberal só veria a função da concorrencia, tomando para base a relação da oferta e da procura, nós verificámos pelo contrario a necessidade instante de reorganizar a nossa economia, de amordaçar os *viderrinhos* do alto comercio.

Num momento em que tanta actividade paraliza num país tocado pelo flagelo da guerra, e anarquizado totalmente, não ha outro caminho a seguir.

Já Maurras descobrira a expressão *monarquia d'a guerra* para definir eloquentemente a unidade do esforço duma nação em perigo, acorrentada toda á mesma idéa, á mesma vibração de sentimentos, á mesma ordem de interesses. Ora, para manter de pé a bela unidade da monarquia da guerra, é preciso, em primeiro lugar, promover a aproximação das classes, evitando todos os factores de discordia que enxameiam por aí, gerando organicamente a desordem a que nos condenam as tendencias disparatadas duma sociedade que procura agora definir-se e encontrar uma regra mental superior que a conduza.

O que não é legitimo é conservar os germens de anarquia para lhe combater apenas os efeitos, a forma externa. O que é preciso é criar a unidade economica exactamente como a questão da unidade politica se resolveu transitoriamente pelo pronunciamento de 5 de dezembro.

A questão social é hoje entre nós um facto. Reveste-se mesmo de aspectos bastante graves, e origina-se, numa proporção notavel, no augmento do custo da vida e na sua desarmonia absoluta com os salarios que não podem corresponder, em hipotese alguma, ao desvario brutal dos *novos ricos*, todos eles a caminho duma fortuna incomensuravel, da mais duvidosa honestidade de filiação. Era preciso por isso reprimir severamente, e pôr ponto final nas demasias do comercio cujas responsabilidades na crise são pesadissimas e mais que patentes.

Estava indicada uma politica intervencionista equiibrada e certa, uma politica que conseguisse obrigar o comerciante, tanto o retalhista como o negociante por grosso, e ainda o productor, a venderem os generos por preços equitativos, de acôrdo com as tabelas em vigor, de cujas verbas uma boa parte carece de revisão imediata, de forma a atender-se sempre ao preço da produção, em ordem a evitarem-se as lesões de interesse, ás vezes mal-tratado, a capricho do auctor dos monumentos. A reforma das tabelas devia mesmo, na nossa opinião, preceder qualquer outra medida do mesmo genero, substituindo-se por taxas justas o que não é ás vezes senão o arbitrio descabelado do legislador.

Entendeu, porem, o sr. secretario de estado das subsistencias que era preferivel atacar de frente o assunto, estabelecendo a sanção para as transgressões cometidas por comerciantes e productores. Foi essa a função do decreto de 29 do mez passado, que veiu estabelecer as penalidades e a forma de processo a aplicar nestas circunstancias, tornando assim efectiva a responsabilidade legal dos transgressores.

O decreto que teve em vista a satisfação das reclamações gerais da opinião publica, representa uma iniciativa muito louvavel, sobretudo num meio como o nosso em que o compadrio, erguido em sistema, vem empatar quasi todas as tentativas que possam, pelo bem comum, prejudicar as conveniencias de meia duzia, e muito mais ainda quando a quasi totalidade duma classe se encontra ameaçada nos seus interesses ilegitimos que são em regra os mais estimados pela sua fecundidade como fonte de receita.

Quere na parte substantiva, quere nas disposições adjectivas, o decreto parece-nos, porem, deficiente e destinado ao insucesso, atestando apenas a boa vontade do seu auctor.

As penalidades a aplicar são brandas ao ultimo ponto. A apreensão e a multa não são de molde a preocupar seriamente individuos que acumulam em poucos anos fortunas fabulosas, e que, distribuindo habilidosamente por numerosos armazens as suas reservas de generos de primeira necessidade, podem talvez, com o auxilio de amigos e dependentes iludir as disposições do decreto, não sendo rialmente de temer a letra desse artigo 1.º que, ha dias, foi discutido tão acaloradamente nas associações dos vendedores de retalho e dos logistas.

Só á terceira infracção é que á apreensão, á multa, e ao encerramento do estabelecimento, se vem juntar a deportação. Ora as duas primeiras daquelas penas pouco ou nada representam, e o encerramento não prejudica os comerciantes que facilmente encontram onde colocar os productos sonegados e que, tratando-se dum prazo extenso, podem iludir a disposição legal, pondo um individuo que a isso se preste, a figurar á frente dum novo estabelecimento, sucessor aperfeiçoado do antigo.

Ora entendemos nós que, logo para a primeira infracção, se devia aplicar a pena de multa e a prisão durante seis mezes, o que já inspirava um pouco mais de respeito, principalmente se se punisse logo a reincidencia com uma pena grave, como por exemplo a deportação.

E haveria toda a conveniencia, segundo pensamos, em atribuir aos tribunais comuns o julgamento das transgressões servindo de corpo de delicto a participação da auctoridade competente, com a indicação das testemunhas que seriam inquiridas sempre que fosse necessario. Em processo de policia, ou em processo correccional é que devia ser aplicada a pena sem as delongas que se dão por exemplo, á face do decreto, quando se trata da terceira infracção, julgada pelas auctoridades fiscais mas punida com a deportação pelo juizo de direito.

E uma outra falha se nota ainda no decreto, onde se não estabelece uma fiscalização rigorosa. Abandonou-se a toda a casta de auctoridades a vigilancia pela sua execução, o que, fraccionando a responsabilidade por categorias as mais diversas de individuos, é a melhor maneira de reduzir a zero a fiscalização da forma porque o decreto se executa.

Queremos acreditar que nestes tres pontos principais se revelam as deficiencias riais daquele diploma que a experiencia ha-de vir ainda a corrigir com a sua lição, e que tal como está, mesmo assim, constitue um ensaio honesto e digno de louvor muito especial.

Armando da Silva

Portugal e a Santa Sé

Condenamos o regalismo e somos pela inteira autonomia da Igreja, com todos os seus privilegios e liberdades. Mas sabemos distinguir entre a materia religiosa, que Roma define, e a sua politica, que pode num dado momento não ser a politica mais conveniente para os interesses nacionais. Assim succedeu, em Setiscentos, quando a Santa Sé, influenciada pela Casa da Austria, se recusou longos anos a reconhecer a independencia de Portugal, apesar dos esforços empregados pelos Jesuitas nesse sentido.

A questão foi ao ponto de se não confirmarem os bispos eleitos por D. João IV. Discorreram largamente os nossos canonistas, e discorreram com sciencia e patriotismo. Uma obra, sobretudo, ficou notavel. Referimo-nos ao *Tratado analytico e apologetico sobre os movimentos dos bispados*, do doutor Manuel Rodrigues Leitão.

Ora o caso não se vai repetir. Todavia, na discussão dos problemas referentes ao Padroado do Oriente, em que a Inglaterra é interessada, pode, por exemplo, a Santa Sé, por circunstancias, que só a ela pertence examinar, inclinar-se mais para uma parte do que para outra, sem quebra da justiça e do direito.

Nesta hipotese é que a diplomacia intervem, — é que interveem a experiencia e a competencia. Entendemos por isso que é a verdadeira doutrina a doutrina enunciada pelo *Diario Nacional* e aplaudida pelo *Dia*. Prestamos-lhe tambem o nosso apoio, sem que com ela deixemos de guardar o respeito e a consideração que devemos á Igreja, nossa mãe espiritual.

João d'Almeida

A «Ordem do Exercito», distribuida ontem manda aumentar ao efectivo, no posto de coronel, o ilustre oficial, antigo governador de Huila, sr. João d'Almeida. Comandante da expedição dos Dembos, tornaram-se lendarios os seus feitos heroicos. Como Henrique Couceiro e Azevedo Coutinho, ele é um dos mais brilhantes heroes da nossa epopeia colonial que tornou grande na historia o reinado de D. Carlos.

Cumprimentamos o ilustre e valoroso militar, honra do exercito e nobilissima figura de patriota e de português.

Livros e publicações

Previnem-se os srs. auctores e editores de que neste jornal só será feita a critica literaria ás obras de que sejam enviados **dois exemplares** á sua redação

Nota politica

O nosso pressado colega *Diario Nacional* sustentava ontem no seu artigo de fundo uma doutrina que, por menos verdadeira, não pode passar sem os nossos reparos. Não é de modo nenhum abrir polemica, nem tentar uma discussão. E' simplesmente afirmar um principio e repôr as coisas no seu justo logar. Tratava-se do insucesso da ultima tentativa de *grève*, devido ás medidas energicas do governo. A esse proposito ponderava o nosso ilustre colega: «A dura lição que se está sofrendo desde que certas camadas sociaes começaram mais desenfreadamente a fazer sentir sobre o conjuncto da colectividade o peso das suas ambições deve desiludir muitos theoricos do tão gabada e celebrada *politica das classes*, que nos inculcam como a ultima palavra da perfeição na organisação do Estado».

Só neste ligeiro periodo ha bastante que comentar e não menos que rectificar. A observação não é legitima, porque não é legitimo o raciocinio em que se baseia. O desequilibrio social em que nos debatemos, desencadeando entre os diversos antagonismos economicos um estado permanente não invalida, pelo contrario, reforça a necessidade plena da tal celebrada *politica de classes*.

Onde é que esses classes encontram constituidas e organisadas, para que da sua coexistencia resulte a harmonia desejada? Vive-se ainda no mais puro individualismo liberalista, que o mesmo é que dizer na mais completa das anarquias legalizadas. A natureza defeituosa do Estado, nos seus fundamentos politicos, não consegue jugular e resolver a crise em que a Europa se desfaz. D'onde vem semelhante crise? Precisamente das idéas em que o articulista do *Diario Nacional* parece estar tão aferrado.

Claro que em taes circunstancias, a sociedade, perdido o ritmo das suas leis organicas, precita-se na instabilidade e na desordem. Dum lado,—o que vemos? O desafôro do cambismo, o predominio abusivo do capital, visando as forças sagradas do trabalho e da propriedade. Do outro, como reação, o espectro constante do sovietismo universal, proclamando entre alvoradas de sangue o direito postergado dos que nada teem. São os belos fructos do liberalismo economico. Para onde caminhamos? Necessariamente para o fim dos fins, se não regressarmos á organisação historica, que é como quem diz, natural, da sociedade.

Essa organisação assenta na *representação dos interesses*; na interpenetração pacifica das classes. No dia em que elas se recuperarem da sonolencia secular em que dormem, já não ha o perigo de uma prevalecer despoticamente sobre todas as outras. Porque é então que a Monarquia surge, como força centripeta, como poder coordenador? Combater portanto a a politica que será em toda a parte a politica de amanhã, não nos parece acertado. Tanto mais que o nosso sindicalismo ainda é estruturalmente um movimento revolucionario. Como pretende o *Diario Nacional* solucionar a questão? Pela repressão sómente? Mas isso é adiar o problema, sem nunca o resolver.

E, afinal, para quê? Para das suas reflexões o *Diario Nacional* tirar o elogio da *politica de partido*. Depois de classificar a politica de classe de *guerra de classes*, (para que servirá a Monarquia?), o nosso brilhante colega, esquecendo-se da sua delicada missão de orgão duma causa que não é um *partido*, mas um *principio*, entra resolutamente na defeza da politica partidaria. Com umas tinturas de historia que não ficam mal a ninguem não se esqueceu de aludir primeiro, em reforço da sua tése, ao caso tipico das democracias flamengas e italianas, como sendo a demonstração viva do «*espindor*», — o termo é do *Diario Nacional*, com italico e tudo —, da famigerada *politica de classes*. Por generosos que queiramos ser, não nos sustemos sem reparar que essas democracias retalharam-se mais em luta de comuna, do que propriamente de corporação. E tanto assim que na Idade Media, como de resto, em Roma, o Principado aparece, encarnando as condições da paz ambicionada pelos varios elementos postos em presença, num deulo desesperado de supremacia. O que são os *podestás* italianos, por exemplo? A celula originaria da autoridade, que só a Realeza estabiliza em instituição segura e fecunda. D'onde o concluir-se que na Monarquia reside a unica possibilidade de se dar satisfação ás reivindicações dos trabalhadores dentro do mais perfeito entendimento social.

Tirou deste facto o *Diario Nacional* uma razão, um argumento a favor da Monarquia? Pelo contrario. Anunciando o perigo, mas não se importando saber dos meios para o corrigir, foi-se logo direitinho ao secreto designio que lhe governava as intenções. Ouçamo-lo: — «A politica de partido, introduzindo no determinismo de conducta do cidadão factores de ordem moral como a crença, a dedicação por uma idéia, por uma tradição, por um grupo votado a uma fé comum, ou até mesmo por um homem, amortece a violencia das ambições puramente materiaes, que são as menos nobres na sua essencia, as mais rudes no combate e as mais despoticas e sordidas na victoria.»

Se não nos certificassemos, não acreditariamos que isto se escrevesse no *Diario Nacional*. Nada demais democratico, tão democratico como a *republica garçonica* do senhor Mayer, a estranha tirada do nosso colega! O optimismo revolucionario de Rousseau é aquilo! E' aquilo a mentalidade jacobina! Se nós pensassemos deste modo viamo-nos em sérias dificuldades para justificar o nosso monarquismo.

Não acontece, felizmente, assim com o *Diario Nacional*. Livres de semelhante preocupação, preocupa-nos, em todo o caso, a attitude do nosso presado colega ás vesperas da abertura do Parlamento, onde se nos afigura que o maior esforço da minoria monarquica deve incidir exactamente numa *politica de classes* e não numa *politica de partido*. O tema é largo e para largos contos. Limitamo-nos, porem a esboçar a nossa apreensão, sem outro desejo que o de esclarecer um ponto de capital importancia para a Patria e para a Monarquia.

A. S.

José do Vale, aristocratico

José do Vale, puxa agora para a aristocracia. Já não é o homem de melenas suspeitas que fala na soberania do povo, o homem que aplaudia os *gestos* heroicos do Quim e do Meudo, do Armando de Azevedo e doutros mais.

Não. O José do Vale que se dizia do povo, renega agora o povo, abomina o povo, e tenta aristocratisar-se. O José do Vale quere pertencer á aristocracia e quere que todos sejam aristocratas desde o nome ao palacio, desde o palacio á pessoa.

E porque o sr. Governador Civil não se contentou apenas com um nome, chamando-se Antonio Miguel, José do Vale ferido no seu orgulho aristocratico, pergunta:

—Quem diabo será este Antonio Miguel?... pergunta a gente que se interessa pela politica, sendo este nome simples, plebeu, de cabreiro de montados alemtejanos ou de regedor de aldeia recondita a assinar, com letras grossas, de quem sabe escrever mal, despachos de governador civil.

Aparte a insolencia do plebeissimo José do Vale—fica o seu orgulho aristocratico da ultima hora, mal ferido.

Alforjadas

Ontem na «Manhã» um ilustre desconhecido, camarada antigo de Mayer, depois de o cumprimentar como «nobre paladino», dizia-nos que ele, o neto celebre da sempre celebrada cantata, «vinha das luctas asperas da idéia», com os «alforges carregados de sacrificio, de sonho e de miseria». Considerámos Mayer, de varapau e manta, vergando ao peso de tamanha carga. E' idilico e comovente. E para provar fomos lê-lo com mais enternecimento que o do costume, no seu artigo ao lado. «Insistndo,» se intitulava por sinal. Insistindo! Em que é que Mayer insistia? Nos alforges? Ora em que é que havia de ser: — na republica em perigo, na ameaça dos monarquicos, prontos a estrangular a donzelinha imbelle o que é tudo a mesma coisa. E candidamente, liricamente. Mayer remexe os alforges e despeja-os cá para fóra. E' o inimigo que avança, são sucessos que obtem, armando quadrado dentro da republica num cerrar de fileiras a que a pobre victima não póde mais resistir.

E Mayer esvasia os alforges, os taes alforges carregados de sonho e de miseria. Miseria e sonho,—muito bem! Miseria de inteligencia e sonho de quem não tem cabeça. E' o que acontece a Mayer, a quem não bastando já o encargo da cantata quotidiana, lhe atiraram á ultima hora com os alforges para cima dos hombros.

Um alforge! Mayer de alforge! Agora, sim, é que é Arcadia pura, Arcadia completo! O que pensarão as tias de Mayer, D. Liberdade, D. Igualdade e D. Fraternidade sobre os alforges do sobrinho? Prometemos entrevista-las um dia d'estes. Hoje, em homenagem a Mayer de alforges, propomos sómente que os seus artigos passem de hoje em deante a chamar-se alforjadas. Assim é que é!

Assim é que fica certo!

Revolução social . . .

Hoje que se fala tanto para ahi em Revolução Social, em convulsões e assaltos, se bem que nos não assustem todos esses bostos, é talvez oportuno discutir o que seria de Portugal no dia em que a aurora da manhã viesse encontrar na rua a tal *sublime revolução dos esfarrapados* que um jornal ha pouco tempo defendia com tanto entusiasmo lirico.

O que daria essa calamidade na França de sobejo o professou o sindicalista George Valois no seu inquerito *La Monarchie et la classe ouvrière*; mas, embora dum modo geral os incidentes pouco divergissem, as circumstancias variam tanto nos dois países que as consequencias seriam certamente muito diversas—se bem que fossem evidentemente prejudiciaes em ambos.

A Revolução Social é uma miragem sangrenta e enganadora a que todos tem de fugir se quizerem evitar a sua propria morte e a morte de todo um povo, acorrentado á sua vergonha e escravisado brutalmente no dia seguinte, pela pata inclemente do estrangeiro...

Enganam-se os trabalhadores quando pensam, na sua ingenuidade, que teriam alguma cousa a lucrar com ela, que os seus direitos aumentariam com os alvores do novo e sanguinolento diluvio! As linguas de fogo dessa enorme fornalha que eles acendessem, em breve lhes lamberiam as proprias carnes.

Passados alguns dias, que transformação se teria operado?

Só isto:—Os trabalhadores, lançados na fome e por conseguinte no crime, matar-se-hiam uns aos outros, sem nada lucrarem...

Os mais audaciosos formariam uma casta que se apoderaria em breve das propriedades e os trabalhadores só teriam conseguido libertar-se da sujeição aos legitimos proprietarios para se submeterem á tirania dos *parvenus*, trinta vezes peor do que a dos outros, pois já o povo observa:—*então sirvas a quem serviu... não peças a quem pediu...*

Quando, ha dias aqui nos referiamos ao manifesto da União Operaria Nacional, declarando-nos d'acordo com a doutrina nele defendida, não queriamos dizer que estaremos d'acordo egualmente com o *modus-faciendi* que se projecta, segundo creio.

E' inegavel que *á sombra da guerra* se teem feito fortunas espantosas, se teem creado potentados financeiros.

E' inegavel que centenas d'homens sem escrupulos, na sua ancia de enriquecer teem sido os obreiros conscientes da fome, os obreiros inconscientes da tormenta que se desenha.

E' tambem certo que da parte do governo devia haver uma energica repressão sobre essa gente, de modo a conjurar-se o perigo mortal duma «salada russa»—ainda que de pouca dura...

Mas, o que tambem é certo é que os trabalhadores teem graves responsabilidades na carestia da vida.

Lançados todos nós uuma crise temerosa, em vez de procurarem *augmentar a producção* como se tem feito lá fóra, os nossos operarios só pensaram, desde o principio, em *trabalhar menos e ganhar mais*, lançando-se para isso na *vertigem das greves* que não conseguiram mais do que estabelecer a perturbação e o desequilibrio no já perturbado meio português.

Como querem pois que *todos nós* paguemos as culpas que só pertencem a eles pela sua inconsciencia e egoismo, e aos açambarcadores pela sua falta de escrupulos e pela sua séde de ganhar?

Que todos nós soframos as consequencias do momento que vae passando, ainda se admite. Agora, que todos nós soframos para o beneficio duma ou duas castas—isso não, porque não é justo, porque não é logico, nem se deve admitir!...

* * *

Ao governo cumpre conjurar o perigo. Uma das primeiras medidas que nós todos reclamamos era declarar uma guerra sem treguas aos açambarcadores, fazendo-lhes pagar caro as suas manigancias. Negociar com a fome e o lucto de milhares de pessoas neste momento em que o sangue português se verte heroicamente é um crime que se não deve perdoar—não só pelos seus intuitos como pelos seus resultados.

Mas, se ao governo cumpre fazer isto, por outro lado cumpre-lhe a todo o custo manter a ordem, castigando severamente *todos* aqueles que tentarem altera-la! O edital afixado ha pouco é já uma garantia de que este problema não está sendo descurado por quem de direito.

Nesta hora em que uma minoria criminosa, provocando agarotadamente os sentimentos do povo português, insulta as crenças da maioria da população e toca a unir nesta hora em que os bombistas espalham-mais uma das suas terriveis sementeiras, incitando os instintos insaciaveis das turbas, o governo é o mais alto fiador da vida de Portugal. Esperamos que ele cumpra o seu dever. E' como diz o edital, o melhor auxilio que nessa altura podem os civis prestar ao governo é... meterem-se em casa e deixarem correr o resto...

E os que dentre as massas operarias possuem um bocado de bom senso e não tem interesses pessoaes na conspiração em andamento que meditem nas palavras admiraveis que Georges Valois põe no fim do seu inquerito:—«No principio deste inquerito o dilema apresentado foi: —A Revolução Social ou o Rei; hoje passados alguns anos e em presença dos factos, o dilema passa a ser:—*A Monarquia ou a morte!*»

José Camillo Felix Correia.

Aos leitores da «Monarquia»

Depois de lido, enviar este jornal ás Juventudes Monarquicas Conservadoras, Nucleo Regional de Lisboa, travessa das Mercês, 55, a fim d'ellas o mandar para os nossos soldados no «front».

Critica das letras

IX

NO MEU SOFA', *por Gaspar Baltar*; CAMPO DE RUINAS, *por Augusto de Castro*; CAMILLO CEGO, *por Antonio Manuel Gamito*.

A chronica literaria, registo das impressões que um temperamento d'artista recebeu quando as ocorrencias da vida quotidiana o puzeram em vibração e, muitas vezes, producto mais do exame do mundo que em nós vive, do que da observação do cosmos exterior, esse genero literario que o jornalismo moderno tanto exige sendo talvez dos trabalhos mais agradaveis para o jornalista e para o publico, demanda da parte d'aquele qualidade que a muita gente parecerão vulgares mas que um exame atento demonstrará de absoluta invulgaridade. A erudição, a sabedoria, a profundeza do pensamento a largueza de vistas sobre os problemas da vida, tendo de se revelar a cada passo não constituem nesse genero literario as qualidades de mais poderoso destaque porque a cronica immediatamente perderia as suas caracteristicas essenciaes. O cronista, primeiro que tudo, necessita de ser um temperamento de artista capaz de revestir da mais seductora forma literaria as suas opiniões, a sua maneira de encarar as coisas, mas sem de modo algum as sobrecarregar de arrebiques porque é preciso que tenha em vista procurar o seu leitor mais uma diversão d'espirito do que ensinamentos.

Por isso o seu estilo terá de ser levissimo, superficial, mundano mesmo: uma espuma de raciocinios donde resaltem, vivas e perfumadas, rosas de alegria, conceitos fugazes como salpicos de perolas, cadencias puramente musicaes e imprevistas... O escriptor passará por sobre os assuntos sem os aprofundar, sem pôr em foco a sua erudição, sem maguer, sem ferir, nem levar longe as suas tendencias, na certeza absoluta de que o leitor tal não suportaria, dados os breves momentos que á sua leitura dedica. Creio mesmo não faltar á verdade se disser que nesse genero literario o estilo é tudo e o jornalista que a ele se dedicar mais deve ter em mira divertir, conversar amavelmente do que aduzir censuras ou advertencias e conselhos: uma cronica literaria é propriamente a palavra fluente, caricosa e futil dum conversador de salão. Os assuntos que podem ser todos — desde a visão do passado, até aos aspectos da vida de hoje; desde o sainete levissimo até ás mil pequeninas tragedias; desde o retrato a esmalte ou sanguinea, até á inquirição dos varios problemas que comovem e agitam o homem — os assuntos serão apenas um mero pretexto para discorrer literariamente: o cronista é, a bem dizer, um amavel filosofo elegante, de cabeleira com polvilhos, casaca bordada e punhos de rendas que discreteia sobre todas as coisas com vivacidade e brilho, na maior parte das vezes sem se decidir nem a cerrar de fileiras a que a pobre victima não póde mais resistir.

Requer-se da sua parte graça e finura, elegancia de frase, humorismo, um pouquinho de emoção; passará ao leve sobre a vida e, mesmo ao encarar o lado triste desta, a sua comoção será literaria e sentimentalmente superficial... Grandes cerebros de profundos pensadores falhariam dum modo lamentavel na cronica e eu, na certeza de que nenhum dos senhores terá diferente modo de vêr, ouso afirmar que, num exame para cronista, Francis Bacon veria os seus esforços coroados pela mais completa chuva de esferas pretas porque, apesar desse filosofo Visconde de Santo Albano ser um fino temperamento literario—e tanto que ainda muito bom caturra lhe continua a endereçar a auctoria das obras de teatro vulgarmente encabeçadas pelo nome glorioso de Shakespeare—não concorriam nele as qualidades necessarias e em absoluto exigiveis para o genero em questão... As suas cronicas produziriam nos leitores um sôno mais profundo que esse em que jazeu a graciosa, a loira princesa dos contos de Perrault!... O temperamento do cronista tem de ser dos chamados médios: se em absoluto o domina a comoção arrisca-se ao aborrecimento dos leitores; dado que se apresente sempre como cinico, fatalmente acabará por se tornar monotono. Só a ironia, com ser aquele genero de comentario, o qual, na opinião de Barbey d'Aurevidy, em porcos nos tornou como qualquer Circe moderna, só a ironia não cança jámais o leitor... Mas se o cronista por ele se deixa levar, o habito, sem se reflectir no exito literario, irá comtudo atrair-lhe graves responsabilidades e prejuizos no seu mundo moral e no dos leitores!... E' tão difícil ser-se um bom cronista!...

Ora tudo isto vem a proposito de *No meu sopha*, o livro de cronicas que o nosso colega do *Primeiro de Janeiro*, sr. Gaspar Baltar ha semanas publicou, e o qual, a meu vêr, é digno de toda a atenção do publico dado á leitura; só o titulo é que eu achb descabido e, se me dão licença, com a sua pontinha de ridiculo. Mas, aí de nós se fossemos a curar pelo que dizem ou deixam de dizer os titulos, mestre Camilo opinava não dar absolutamente nada pelos livros que exhibiam berrantes chamadoiros... Ora o livro do sr. Gaspar Baltar é daqueles que se leem com absoluto desenfado, com prazer até, embora no seu auctor se encontrem ainda pouco desenvolvidas algumas das qualidades exigiveis para um cronista. Mas eu seria injusto, terrivelmente injusto, se não dissesse que li esse livro com muito agrado. As cronicas de Gaspar Baltar Baltar sobre o *Amor de hoje*, *Amor curioso* e *Amor inquieto* são delicados trechos de psicologia com muito de acurada sensibilidade; a cronica sobre *O frio* é cheia de graciosa convicção; as sobre *Wagner*, os dois celebres esculapinos *Bourget* e *Combes* e sobre o *Salon do Porto* são agradabilissimas conversas entre o delicado, culto espirito que as ditou e oleitor que insensivelmente se deixa interessar. *Marquez de Soveral* é um pedaço de analise psicologica dos meios diplomaticos e aonde o sr. Gaspar Baltar fez luzir um fiosito de inofensiva e delicada, quasi imperceptivel, ironia... *Rosal em flôr*, i critica ao livro assim intitulado do poeta portuense sr. Joaquim Costa, faznos vibrar com intima e dolorosa emoção que ditou esse livro de versos, herbario de comoções, de mortas alegrias, de sonhos desfolhados... E eu que me préso de ter lido tudo ou quasi tudo quanto ha neste mundo e ainda espero, com a ajuda de Deus, ir lêr as paginas d'oiro e diamante das bibliotecas do outro mundo, eu digo em boa verdade que o livro do sr. Gaspar Baltar me produziu alguns agradaveis momentos de desenfado e atraente leitura... Tem finura, leveza, talento, não ofende, nem aborrece, nem cança: lê-se...

Dado o descredito em que cahiu o genero literario em questão, que mais poderia desejar o distinto colaborador do nosso colega portuense?

* * *

Temperamento a valer porem de cronista possue-o inegavelmente o sr. dr. Augusto de Castro, autor do livrinho que nesse momento se abre deante de mim—*Campo de ruinas*. Está ainda na memoria de quantos leem jornaes o exito